

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MARECHAL DEODORO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23041.010074/2018-19
UASG CONTRATO Nº: 158380
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2018

PUBLICADO DOU

nº 97, de 22/05/2019
Pág. 49, Seção 3

TERMO DE CONTRATO Nº 01/2019, QUE FAZEM
ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS -
CAMPUS MARECHAL DEODORO E A EMPRESA
WILLIAMME CHARLES DOS SANTOS - ME.

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CÂMPUS MARECHAL DEODORO**, Autarquia Federal vinculada ao MEC, sediado na Rua Lourival Alfredo, 176, Poeira, Marechal Deodoro, Alagoas, CEP: 57.160-000, inscrito no CNPJ de nº 10.825.373/0002-36, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. **EDER JUNIOR CRUZ DE SOUZA**, inscrito na Cédula de Identidade sob nº 1125911913-SSP/BA e no CPF nº 986.646.385-00, nomeado pela Portaria nº 1090/GR de 22/04/2019, e a empresa **WILLIAMME CHARLES DOS SANTOS - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 15.841.982/0001-11, estabelecida na Rua Manoel Clementino, 1598 – Centro, Petrolina/PE CEP: 56302-170, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato legalmente representada pelo(a) Senhor(a) **WILLIAMME CHARLES DOS SANTOS RIBEIRO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 03814043361/DETRAN/PE e CPF nº 054.819.954-09, tendo em vista o que consta nos processos nº 23041.010074/2018-19 (licitação), e o Pregão nº 04/2018, com fundamento Lei nº 10.520/2002, Lei nº 11.947/2009, Decretos nº 5.450/2005 e nº 2.271/1997, Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de Abril de 2008 e, nº 05, de 25/05/2017, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e legislação correlata., resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições adequadas e transportadas, para atendimento exclusivo, em dias letivos, aos alunos beneficiados pelo Programa de Alimentação e Nutrição Escolar do Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro, descrito na Política de Assistência Estudantil do IFAL (Resolução/CS nº 16/2017), de forma contínua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:





LOTE / GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COD. CATSER	QUANT. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Fornecimento de Refeição adequada e transportada, TIPO ALMOÇO, distribuída em balcões térmicos no espaço físico do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS WARECHAL DEODORO, em dias letivos.	Refeição	3697	26.000*	R\$ 12,00	R\$ 312.000,00
	2	Fornecimento de Refeição transportada, TIPO JANTAR, distribuída em balcões térmicos no espaço físico do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS WARECHAL DEODORO, em dias letivos.	Refeição	3697	8.000**	R\$ 11,50	R\$ 92.000,00
TOTAL							404.000,00

Legenda: * Média diária: 130 refeições, tipo almoço, durante 200 dias letivos (aproximadamente 10 meses). ** Média diária: 40 refeições, tipo jantar, durante 200 dias letivos (aproximadamente 10 meses).

OBS.: 1. O consumo DIÁRIO médio estimado acima SERÁ INTERROMPIDO na eventualidade de paralisação ou suspensão do calendário escolar em virtude de greve, ocupações ou quaisquer outras situações em que haja diminuição do número de estudantes do campus.

OBS.: 2. A fim de se manter o quantitativo estimado global do contrato, o IFAL poderá aumentar o quantitativo diário nos períodos subsequentes às greves, ocupações, férias ou quaisquer outras situações que resultem na diminuição da demanda diária ou interrupção da prestação de serviço, em acordo com a CONTRATADA.

1.3.4.1. A descrição dos itens apresentada no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br poderá divergir, no todo ou em parte, ao que está descrito na Tabela acima. Nesse caso, a LICITANTE deverá considerar a descrição dos itens da relação apresentada no de Termo de Referência.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **27/05/2019 e encerramento em 27/05/2020**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
 - 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
 - 2.1.8. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. A CONTRATADA deverá manifestar seu interesse em renovar ou não o contrato com antecedência mínima de **90 (noventa) dias** do término da vigência do mesmo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 3.1. O valor total estimado anual deste Contrato é de **R\$ 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil reais)**, inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.
- 3.2. Somente serão pagos os serviços efetivamente atestados pelo fiscal do contrato. Os quantitativos elencados são meramente estimativos. Portanto, o IFAL – Câmpus Marechal não se obriga a dispendar a totalidade dos valores descritos, somente procedendo ao pagamento dos serviços que efetivamente forem solicitados e realizados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:
Gestão/Unidade: 158380
Fonte: 0100000000
Programa de Trabalho: 108892
Elemento de Despesa: 339039-41
PI: L0000P23F7N

- 4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. Além das descritas no Termo de Referência, são obrigações para realização do pagamento:
- 5.2. O pagamento devido à CONTRATADA referente às despesas dos alunos beneficiados pelo Programa de Alimentação e Nutrição do IFAL será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação de faturas atestadas e visadas pelo Fiscal do Contrato e acompanhamento do fornecimento das refeições, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura.
- 5.3. Caberá ao IFAL pagar somente o valor equivalente às refeições que efetivamente adquirir, mediante sistema de controle do quantitativo de refeições, e não o valor total estimado para a contratação.



- 5.4. A Nota Fiscal deverá especificar o número do Contrato e do Processo correspondente, contendo, em anexo, todas as planilhas de controle de refeições diárias referentes ao mês faturado, todas devidamente assinadas pelo representante da CONTRATADA e pelo(a) fiscal do Contrato ou membro da equipe de apoio.
- 5.5. O pagamento somente será efetuado após o "atesto" da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos documentos exigidos na Subcláusula anterior. O referido atesto será feito por servidor especialmente designado para fiscalização do Contrato.
- 5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRANTE.
- 5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, CNDT, CEIS, CNIA, C-TCU e ao CADIN, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, salvo quanto ao CADIN, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, CNDT, CEIS, CNIA e C-TCU.
- 5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, CNDT, CEIS, CNIA e C-TCU.
- 5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.17. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 5.18. O objeto executado deverá ser computado rigorosamente no período compreendido conforme termo de referência e as faturas deverão ser entregues no endereço do IFAL indicado no preâmbulo.
- 5.19. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação da Nota Fiscal /Fatura e do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais.





5.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)	I = 0,00016438
	36	TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.21. A Contratada não fará jus à atualização financeira a que se refere o subitem anterior, se o atraso decorrer de entrega tardia de documentação exigida, ou da ausência total ou parcial desta, ou de pendência de cumprimento pela Contratada de qualquer das cláusulas deste Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 61, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 25/05/2017,, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante a aplicação do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) apurado e divulgado pelo IBGE.

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

- 6.2.1. Para o primeiro reajuste: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;
- 6.2.2. Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.
- 6.2.3. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 6.2.4. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
- 6.2.5. Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.
- 6.2.6. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.
- 6.2.7. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
 - 6.2.7.1. A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;
 - 6.2.7.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou

6.3. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Os CONTRATANTES tem direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se ao reequilíbrio do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços objeto contratual, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

7.2. A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para o reequilíbrio do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

7.3. A comprovação, a que se refere a Subcláusula 7.2, será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato.

7.4. Junto com o requerimento para o reequilíbrio do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido do reequilíbrio do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

7.5. A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá ao reequilíbrio do contrato.

7.6. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do objeto contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.



11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



[Handwritten signature]

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

16.2. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compilada a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail.

16.3. As comunicações realizadas através do e-mail devem ter o seu recebimento confirmado em até 02 (dois) dias corridos do seu envio, estando passível às penalidades previstas neste Termo de Contrato, bem como no Edital e seus anexos, a não atualização dos contatos eletrônico e telefônico da Contratada, seja através do SICAF ou em contato direto com a Contratante.

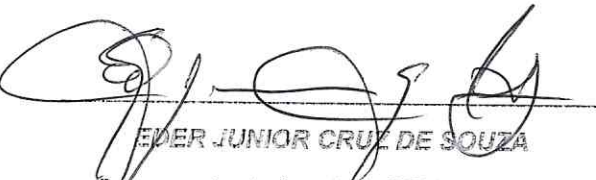
16.4. A Contratada não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos de cláusulas e condições deste termo de Contrato, do Edital e seus anexos, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da da Seção Judiciária de Alagoas – Justiça Federal , com exclusão de qualquer outro , por mais privilegiado que seja ,para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

17.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

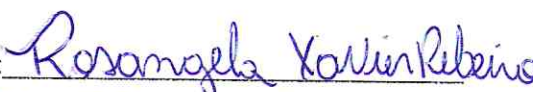
Marechal Deodoro, 23 de MAIO de 2019


EDER JUNIOR CRUZ DE SOUZA
Representante legal da CONTRATANTE


WILLIAMME CHARLES DOS SANTOS RIBEIRO
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas

Assinatura: 
CPF: 058.230.104-19

Assinatura: 
CPF: 054.580.064-10